

Autonomia

O desnudamento do fabuloso esquema de corrupção do governo Collor pela CPI do caso PC Farias e a consequente renúncia forçada do Presidente da República foi, sem sombra de dúvida, um dos mais significativos episódios da vida política brasileira. Isto apenas aumenta a surpresa quando se verifica que até o momento os grupos progressistas não aproveitaram a ocasião para lutar por transformações significativas na ordem política brasileira.

A gigantesca rede de corrupção montada no Governo Collor e revelada à nação pelos poderes legislativo e judiciário com a ajuda da imprensa livre, solicita, por parte de todos que ainda acreditam na cidadania brasileira, um empenho por mudanças não só jurídicas mas principalmente político-administrativas.

O impacto sobre a sociedade das denúncias apresentadas no Congresso foi tão intenso, e as transformações por elas geradas foram tão pequenas, que 64% dos cidadãos brasileiros (conforme recente pesquisa do instituto Data-Folha) acreditam que a corrupção permanece presente, ainda que em menor grau, no governo Itamar Franco. Pode-se concluir que esta maioria de pessoas deduziu que a corrupção não tem como condição prévia apenas a existência de homens corruptos, sua efetivação depende também, e em boa parte, de uma estrutura política favorável a ela, e esta estrutura permanece intocável.

Transformar efetivamente a organização política no sentido de dificultar a corrupção, entre outros males, e de agilizar o gerenciamento do Estado, requer uma descentralização do poder. É preciso retirar do go-

verno central responsabilidades que ele não tem condições de assumir, seja pelo gigantismo do país, seja pelos vícios de uma burocracia há muitos anos repleta de pequenos grupos poderosos.

Não tem cabimento o governo federal cuidar de estradas, ser o responsável pela distribuição de alimentos aos menos favorecidos de norte a sul e responder pela merenda em todas as escolas públicas, só para ficar nestes exemplos. Cabe ao governo central apenas dar as grandes diretrizes de política econômica, agrícola, industrial, educacional etc, e deixar a implementação destas políticas, a efetivação das medidas operacionais, nas mãos dos governos estaduais e principalmente municipais, devidamente fiscalizados pela sociedade civil organizada.

Para que estas transformações ocorram é essencial a participação dos prefeitos municipais em duas frentes. Por um lado demonstrando a capacidade do município de implementar políticas locais de abastecimento, educação, saúde, habitação etc (como aliás vem fazendo a atual administração de Campo Largo). Por outro lado é preciso não se omitir na luta pela ampliação das responsabilidades e das verbas destinadas aos governos locais. É preciso quebrar a atitude tradicional da maioria dos prefeitos e políticos municipais, que usam a sua força eleitoral simplesmente para conquistar espaço e poder junto à máquina federal. Pois é justamente a partir do desmonte desta máquina centralizada de poder que veremos fortalecidos os municípios e os cidadãos, como requer uma democracia.

Como se sabe cultura e educação na sociedade moderna caminham juntas. Uma nação que deseja manter ou alcançar uma posição soberana no mundo precisa investir maciçamente em educação e viabilizar a transição deste conteúdo pedagógico em algo mais que tecnologia, em arte, criação, dignidade, crítica e personalidade e identidade social. Por outro lado, um país culturalmente forte pode fazer dos seus valores culturais instrumentos que contribuam para superação de toda ordem de dificuldades, inclusive as pedagógicas.

Não é a toa que as técnicas modernas de educação exigem que o pedagogo tenha respeito pelas tradições e valores da realidade do educando, ainda que estes sejam aparentemente arcaicos.

Também não é por acaso que governos do primeiro mundo, como da Alemanha, do Japão e dos Estados Unidos, oferecem ditas bolsas de permanência em suas fronteiras para que músicos, escritores, bailarinos, entre outros artistas de países pouco desenvolvidos, simplesmente convivam por algum tempo nestas sociedades. Veja bem, tratam-se de convites para produtores culturais sem qualquer exigência de produção do vínculo empregatício obrigatório, parte-se do pressuposto que a mera permanência destas pessoas no país já será uma grande contribuição para a cultura local.

Diante desta verdadeira importação de cultura promovida pelos mais desenvolvidos, é lamentável perceber a desvalorização da cultura brasileira pelo próprio governo e pelas elites políticas do nosso país. Descredito que

chegou ao ponto de, na dispendiosíssima reforma ministerial promovida pelo presidente Itamar Franco, nenhum partido manifestar o menor interesse em ocupar o Ministério da Cultura. No jogo da distribuição de cargos exigida pela contabilidade política do governo, os interesses recaíram sobre ministérios cujas verbas pudessem oferecer rendimentos políticos e eleitorais elevados e cujos altos fossem figuras representativas da elite brasileira: latifundiários, empreiteiros, banqueiros, exportadores e industriais monopolistas. O desprestígio do Ministério da Cultura é tal que nem o atual ocupante da pasta, o ministro Antônio Houaiss, amigo pessoal do presidente, pretende permanecer no seu comando.

Quem poderia se interessar em empreender uma luta para resgatar a cultura nacional? Quem se empenharia numa batalha para criar as condições necessárias à livre produção artística? Quem arriscaria a própria pele para resgatar o cinema nacional, por exemplo. Certamente nenhum dos senhores ou partidos dos momentos vendem a alma para Itamar em troca de um cargo que viabilize as suas participações na política das "grandes" interesses nacionais, que, sem sombra de dúvida, não são os mesmos interesses capazes de enriquecer a nossa cultura.

Se a arte é eterna e eterna, o desprezo que a maioria da classe política brasileira tem pela cultura explica muito bem o atual caráter efêmero e volúvel desta classe aos olhos da população.

Nelson Rosário de Souza, sociólogo

Juíza de coragem

A juíza Denise Frossard, que condenou os banqueiros do jogo do bicho no Rio de Janeiro, simboliza hoje a esperança de um novo Brasil. Ela merece aplausos e reverência pela sua coragem, seriedade e dignidade. Sua sentença restaura a esperança de que um dia a impunidade terá fim neste país e de que um dia os poderosos também vão pagar pelos seus crimes.

A prisão e condenação dos banqueiros do jogo do bicho é um fato histórico, pois encerra um ciclo de cumplicidade entre as autoridades e os contraventores. A impunidade chegou a tal ponto que a Câmara Municipal do Rio de Janeiro condecorou, em 91, dois bicheiros, um deles filho de Castor de Andrade, patrono do jogo do bicho e um dos 14 condenados.

Os bicheiros foram condenados por formação de quadrilha. Mas, contra eles pesam ainda acusação, de serem mandantes de assassinatos, de envolvimento com o narcotráfico e de crime fiscal de sonegação de impostos. A sentença da juíza Denise Frossard abre caminho para que eles sejam julgados e condenados também por estes crimes. Em todo lugar é assim: ao lado do jogo, prolifera o tráfico de drogas, a prostituição, o crime organizado. Os controladores do jogo do bicho formam uma organização que se assemelha à máfia italiana.

Na hora em que os tradicionais banqueiros do jogo do bicho vão para a cadeia, surge no Brasil os "banqueiros eletrônicos", que utilizam suas poderosas redes de televisão para promover as chamadas teleloterias. Sílvio Santos com a sua Tele-Sena e Roberto Marinho com o seu Papatudo, disputam o mercado do jogo com os bicheiros. Eles estão utilizando suas emissoras, que são concessões do Poder Público, para promover e explorar jogo de azar, devidamente maquiado como título de capitalização.

Tudo é feito ao arripio da lei e com a cumplicidade das autoridades. Encaminhamos uma Representação à Procu-

radoria Geral da República solicitando a adoção de providências para cassar as concessões destes empresários inescrupulosos que querem multiplicar suas fortunas em dinheiro explorando de forma ilegal jogos de azar, tendo como suporte veículos de comunicação de massa.

A Tele-Sena e o Papatudo são loterias privadas proibidas em lei. Estes jogos representam um crime contra a economia popular, pois exploram a boa fé de milhões de deserdados pelo sistema econômico perverso de concentração de renda, que sem perspectivas, vislumbram no jogo a única forma de fugir da pobreza num passe de mágica.

Enquanto as autoridades fazem vistas grossas à indústria de jogos de azar que tomou conta conta da televisão brasileira, estamos buscando alternativas para cobrir este abuso que agride a lei e a cidadania.

Tomou a iniciativa de apresentar uma Emenda de Plenário ao Projeto de Lei nº 68-A, de 1991, de autoria do deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), que proíbe as loterias instantâneas, as chamadas "raspadinhas", estendendo a proibição também das teleloterias.

Nossa emenda proíbe a publicidade e a veiculação, pelas emissoras de rádio e televisão de loterias de qualquer natureza que impliquem na aquisição de cartelas ou bilhetes, mesmo quando disfarçadas como títulos de capitalização. A emenda abre exceção apenas para as loterias instituídas pelo Poder Público, com finalidades de arrecadar fundos para programas sociais.

A aprovação deste projeto com estas emendas vai ajudar a moralizar a televisão brasileira. É preciso dar um basta à indústria das loterias que cresce com a crise e o desprezo dos mais desmoralizados. Os banqueiros das teleloterias merecem o mesmo destino dos banqueiros do jogo do bicho.

Pedro Tonelli, deputado federal pelo PT-PR

Volúvel

Alça de Mira

Desenvolvimento Urbano

Já se encontram na Comissão de Finanças da Câmara Municipal, dois projetos de lei da iniciativa do Poder Executivo. Um deles autoriza o Poder Executivo a contrair o crédito para execução de obras do Pedu — Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano. Há quem critique o PEDU, dizendo que é um programa "Madrastra", que dá com uma mão e tira com a outra. O prefeito Emídio Pianaro Júnior, entretanto, acredita que o programa é benéfico para o Município. O segundo projeto autoriza a abertura de crédito suplementar, no montante de 800 milhões de Cruzeiros, no Orçamento Municipal.

Jaguar

Muito interessante a comparação feita pelo economista Luis Nassif, sobre os possíveis compradores da Ultrafertil, o Consórcio Fertífios: "Seria o mesmo que um motorista de táxi ganhasse um Jaguar, de presente. No começo seria até fácil, mas o consumo elevado e o primeiro problema mecânico no carro, quebraria o dono". O Sindicato é contra a transferência da Ultrafertil para a iniciativa privada, além de contestar o valor da avaliação para a venda em 200 milhões de dólares. O valor real estimado, segundo o sindicato, é de 800 a 900 milhões de dólares.

Terceirização

A Terceirização já é uma prática bastante comum nas principais indústrias de Campo Largo. Estão sendo terceirizados os setores de portaria, segurança, limpeza e conservação e outras. Além de dar oportunidade de mercado para pequenas e médias empresas, a terceirização contribuiu para o aumento da arrecadação de Imposto Sobre Serviço, que é de responsabilidade Municipal. A novidade no mercado vem despertando interesse de empresários, apesar de ser recebida pelos empregados com certa desconfiança.

Terceirização II

O grande problema é que muitas empresas fazem a terceirização de forma desordenada, demitindo seus funcionários da área, para que a empresa contratada entre com seus próprios funcionários, incentivando-os para que esses constituam pequenas empresas para assumir essas áreas terceirizáveis: Portaria, segurança, limpeza e conservação e outras.

Nos últimos seis meses a Secretaria de Finanças do Município vem se equipando com o que existe de mais moderno, principalmente na área de informática. O secretário Oscar Schiavon Ferreira disse, à Reportagem da Folha, que agora a Prefeitura está apta para fiscalizar e ir buscar os recursos do Município, junto aos inadimplentes e até junto aos sonegadores. Campo Largo, como não poderia ser diferente, também tem alto índice de sonegação fiscal. Há estudos que apontam para mais de 10 mil dólares mensais sonegados só em ISS, no Município. Isso sem falar no resto.

Caça aos sonegadores

Um exemplo de Brasília que deve ser seguido por todo o País: A Companhia Energética de Brasília cortou a luz do Ministério das Relações Exteriores e da Polícia Federal, por falta de pagamento. Bastou corte para que o débito fosse saldado. O que estavam esperando? A Cotel poderia fazer o mesmo em Campo Largo. Teríamos algumas situações vexatórias, inclusive para grandes empresas que temam em deixar para depois, o pagamento dos seus fornecedores de matéria prima, de energia, principalmente.

Elogios

Campo Largo foi destaque na edição de domingo, no Caderno de Turismo da Gazeta do Povo. Colocado entre os municípios, com capacidade de atração turística, na Região Metropolitana de Curitiba, Campo Largo, a Capital da Louça e da Cerâmica, foi destacada também por ter, dentre outras atrações, o Parque do Mate. O Turismo é uma das preocupações da

Exemplo do PT

Segundo o exemplo do deputado do PT, que não compareceu na sessão da Assembleia Legislativa quando Delcino Tavares foi prestar esclarecimentos, o secretário do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Petroquímica do Estado do Paraná — Sindicato Química, Jair da Silva, que havia solicitado o uso da Tribuna Popular da Câmara Municipal, para defender a estatziação da Ultrafertil, também não compareceu à sessão. Dr. Rosinha foi quem denunciou o suposto escândalo na gestão da Saúde, pelo hoje deputado Federal Delcino Tavares. Rosinha e Jair têm boas desculpas pelas ausências.

Exemplo do PT II

Rosinha disse que ficou retido em Brasília e não pode comparecer à sessão para um "cara a cara" com Delcino Tavares. Rosinha e Jair têm boas desculpas pelas ausências.

Fogo cruzado

Parece que o Brasil está mesmo na rota de moralização. O ex-ministro da Agricultura, Nuri Andraus, não conseguiu nem mesmo sentar na cadeira e teve que pedir para sair, apontado como corrupto e assassino. O seu sucessor, nem ao menos assumiu e já foi bombardeado com acusações de contratações irregulares, quando secretário da Agricultura, em São Paulo. Se a coisa for levada a sério, brevemente teremos gente íntegra e de mãos limpas, além de competentes, em todos os cargos federais.

Inadimplentes

Um exemplo de Brasília que deve ser seguido por todo o País: A Companhia Energética de Brasília cortou a luz do Ministério das Relações Exteriores e da Polícia Federal, por falta de pagamento. Bastou corte para que o débito fosse saldado. O que estavam esperando? A Cotel poderia fazer o mesmo em Campo Largo. Teríamos algumas situações vexatórias, inclusive para grandes empresas que temam em deixar para depois, o pagamento dos seus fornecedores de matéria prima, de energia, principalmente.

Mais bomba

Mais uma denúncia de favorecimento de grandes empresas, em uma obra de vulto do Governo Federal. Desta feita, o "jogo de cartas marcadas" envolve empresas da área de administração de rodovia. O ministro Alberto Goldman teria sido avisado da incidência da fraude, através de carta da Associação Nacional das Empresas de Transportes Rodoviários de Cargas. O ministro garante que os editais sejam restritivos, para beneficiar determinadas empresas. O edital exige que as empresas concorrentes tenham realizado obras de estradas de pelo menos 518.400 toneladas de concreto betuminoso. Isso quer dizer, umas poucas.

Plano econômico de FHC pode beneficiar C. Largo

A possibilidade do Governo Federal reter as quotas do FPM — Fundo de Participação dos Municípios, das prefeituras inadimplentes com o INSS e com o FGTS não assustam Campo Largo. O município não deve um centavo de FGTS e a dívida fundada junto ao INSS, parcelada em 92, está sendo paga rigorosamente em dia. A informação é do secretário municipal de Finanças e Orçamento, Oscar Vinícius Schiavon Ferreira que vê, ainda, a possibilidade de o município ser beneficiado com o aumento do bolo de arrecadação do Governo Federal e o consequente repasse de uma fatia maior do FPM.

"Se o Governo Federal cobrar o que os inadimplentes e sonegadores devem, vai aumentar substancialmente o volume de recursos a ser repartido entre os municípios. Além disso, pode ser criada uma situação onde o contribuinte se veja obrigado a recolher não somente os impostos federais, mas também os municipais, principalmente o ISS", explicou o secretário. Oscar Vinícius disse que a Prefeitura de Campo Largo vem se estruturando, nesses últimos seis meses, para melhorar a máquina arrecadadora e a fiscalização.

Dividas — Em janeiro do ano passado o prefeito Afonso Portugal Guimarães conseguiu renegociar a dívida do

município junto ao INSS por 20 anos. Em maio do ano passado o município começou a pagar essa dívida, numa média de US\$ 16.400,00 por mês. No mês passado o município saldou a 18ª parcela, faltando 19 anos para que a dívida seja zerada. Mensalmente Campo Largo desembolsa cerca de 40 mil dólares, em pagamento de dívidas, incluindo os 16.400 dólares do INSS.

Pasep, Pram, Pedu, Cura levam, mensalmente, US\$ 23 milhões e o município paga, ainda, uma dívida com vencimento semestral de 10.700 dólares, ao Baped.

Todas as dívidas estão equacionadas, segundo o secretário, que destaca a dívida de 3,725 mil dólares junto ao INSS como a maior e que, portanto, merece atenção redobrada do poder público. "Estas dívidas foram feitas há muitos anos, mas desde o ano passado o município vem atacando de frente todas elas", explicou.

Arrecadação — O secretário destaca, ainda, a possibilidade do município acabar sendo beneficiado pela nova política econômica do Governo. "Vamos esperar e torcer para que dê certo, porque se o Governo Federal cobrar o que os contribuintes devem, os municípios todos receberão mais recursos", explicou.

Campo Largo recebe, todos os meses, uma quota do

FMP que, em maio foi maior do que nos meses anteriores, chegando a 200 mil dólares. Esse volume cresceu porque o Governo Federal cedeu às pressões dos municípios e reequilibrados todos os índices de 92, beneficiando Campo Largo, por exemplo, que tem maior arrecadação e população que alguns municípios que recebiam parcelas iguais.

Quando à arrecadação de tributos municipais, o secretário foi taxativo: "A receita do Município, com o ISS é de Cr\$ 500 milhões por mês, em média, perto de 10 mil dólares.

Infelizmente temos, em Campo Largo, uma situação que não é diferente da do resto do País. Para cada centavo arrecadado, outro centavo é sonegado. Isso significa dizer que a sonegação de ISS deixa de levar aos cofres do Município, 10 mil dólares todos os meses".

O secretário chama a atenção para o fato de que muitas empresas podem ficar impedidas de participar de concorrência pública, se não saldarem os seus compromissos com o Governo. "O Decreto Lei 2.300, cuja regulamentação está sendo discutida no Congresso proíbe a participação.

Todas as empresas terão que apresentar Certidão Negativa, para participar de concorrência.

De 19 a 27 de junho a Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, em promoção conjunta com o Banco de Leite, do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná, abordam o tema amamentação, dentro da I Semana de Prevenção e Promoção da Saúde Infantil.

Os trabalhos começam dia 19, às 8 horas, com abe-

tura oficial da I Semana através da Secretaria Municipal da Saúde, Valdeez Parolim Teixeira e, logo após, apresentação do tema por Rostres Pereira de Andrade.

As atividades prosseguem à tarde, com a Assistente Social Noêmia da Silva Cavalheiro, Antonio Carlos Bagattin e Edson Gomes Tristão, que abordarão temas ligados à amamentação.

Ainda pela manhã, os participantes da I Semana reabrirão noções de Anatomia e Fisiologia da Mama e Lactação. Preparo das Mamas na Gestação, Cuidados Durante

Pense Barato
Pense Piotto

Matriz: Rua XV de Novembro nº2891 - Centro-Fone: 292-1143
Loja 01: BR 277 - Km 27,5 - Itaquí - Fone: 292-1909
Loja 02: Estrada Velha de Campo Largo - Ferraria Fone: 392-1152

O melhor preço da praça. Cobrimos qualquer oferta!

Piotto Comércio de Materiais para Construção Ltda.

Qual sua opinião sobre o plano FHC



Darcey Andressa — presidente da Câmara Municipal de Campo Largo. Darcey está torcendo para que o ministro Fernando Henrique Cardoso consiga colocar ordem na casa. A expectativa é a de que o governo federal cumpra com o que tem anunciado, como corte nos gastos previstos no orçamento da união, combate aos sonegadores e enxugamento de bancos. Darcey classificou o novo plano como honesto e sério, plano que não é só da boca para fora. Ele disse que o plano é sério e é para valer mesmo. Darcey mostrou-se otimista com a perspectiva do plano dar certo porém, avaliou que, se o governo não corresponder às expectativas criadas, a situação vai ficar complicada. Com riscos de bancarota e caos total.



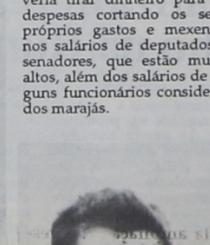
Pedro Alberto Barausse — Vereador (PTB). Pedro Barausse mostrou-se pouco otimista quanto a resultados favoráveis que possam vir com a aplicação do plano FHC. Disse que não tinha muita fé no plano e justificou dando o exemplo do IPMF, o imposto dos cheques, que foi aprovado na Câmara dos Deputados. Segundo Barausse, se o ministro Fernando Henrique Cardoso batesse o pé, ele derrubava o IPMF, que "é mais uma maneira de tirar dinheiro do povo e dos microempresários, porque os milionários não trabalham com bancos, têm contas fora do país e não trabalham com o cruzeiro, mas sim com dólar. Mais uma vez o povo está sendo ludibriado", afirmou. Para Barausse, o governo deveria tirar dinheiro para as despesas cortando os seus próprios gastos e mexendo nos salários de deputados e senadores, que estão muito altos, além dos salários de alguns funcionários considerados marajás.



Algaci Tulio (PDT) — Deputado Estadual. Disse acreditar que as medidas anunciadas constituem o último "cartucho" de Itamar para reorganizar a economia do país. O deputado classificou as medidas como corajosas porque, no seu entender, elas atacam os interesses das elites nacionais, que apostam no caos para tirar proveito dos lucros fáceis. "É hora de priorizar o país, mesmo que isso implique em deixar de lado os interesses pessoais, políticos e partidários. Não é verdadeiro o prestígio daqueles que empregam o seu vigor e a sua força intelectual para desestruturar um projeto de interesse do País, única e exclusivamente por objetivos pessoais, eleitorais e partidários", disse. "Itamar, em seu pronunciamento, conseguiu identificar lucidamente os interesses que se chocam neste País: a minoria sustentada pelos privilégios e a maioria oprimida pela desigualdade", finalizou.



José Canisso — Presidente do Sindicato das Indústrias de Vidros, Cristais, Espelhos, Cerâmica de Louça e Porcelana no Estado do Paraná. "O plano do ministro Fernando Henrique será um sucesso a médio e a longo prazo, se o governo e o Congresso Nacional fizerem a sua parte, que é a redução dos gastos públicos". José Canisso entende que a sociedade e as empresas já deram a sua contribuição, nas outras vezes em que foram chamadas a participar. Ele acredita no sucesso do plano, desde que o governo e o Congresso façam a parte que lhes cabe, cortando os gastos para valer e enquadrando-se na previsão inicial, com o corte de seis bilhões de dólares pretendido pelo ministro da Fazenda. José Canisso disse ainda que o Congresso está passando a sensação de que não vai permitir cortes na sua área e explica que a impressão sentida, deve-se às últimas notícias veiculadas após o anúncio do plano.



Lino Hamm — Vereador (PTB). "Nós brasileiros, temos que acreditar que o plano vai dar certo. De planos errados, experiências com a população, nós já estamos cansados. Temos que acreditar que o Fernando Henrique Cardoso acerte para baixar a inflação, as taxas de juros, para que o povo volte a ter confiança no governo". Lino disse acreditar, ainda que se o plano do ministro Fernando Henrique não der certo, "vai tudo por água abaixo". Ele citou o caso de um motorista que tira 109 milhões por mês, em Brasília, trabalhando para uma revista com a notícia, quando foi contactado pela Folha de Campo Largo. Disse que o aperto que o governo quer dar, antes de tudo, ele (o governo) deve olhar para a redução dos seus próprios custos e que o exemplo deve vir de cima.



Oscar Vinícius Schiavon Ferreira — "Secretário de Finanças e Orçamento de Campo Largo: Vamos esperar que dê certo. O Governo Federal deverá arrecadar mais, porque, além de cortar suas despesas, vai buscar mais recursos cobrando dos inadimplentes e caçando os sonegadores. Isso poderá beneficiar municípios como Campo Largo, que estão em dia com os débitos junto ao INSS, que não tem débito junto ao FGTS e que, portanto, não tem problema.

Campo Largo faz lançamento da III Feira da Louça

O lançamento oficial da III Feira da Louça, Cerâmica e Porcelana de Campo Largo foi ontem (17), às 17 horas, na Casa da Cultura. No evento, estarão presentes os representantes das 27 empresas já confirmadas, do Sindicato da Indústria da Louça, Cerâmica, Porcelana e Vidros do Paraná e Idealiiza Promoções, promotores da Feira, bem como novos interessados. A terceira edição da Feira, além de já ter consolidado o título de "Capital da Louça", pretende movimentar esse ano sete milhões de dólares e receber a visita de aproximadamente 100 mil pessoas.

Segundo José Canisso, presidente do Sindicato, a Feira estará, inclusive, fazendo lançamentos nacionais de diversos produtos de empresas expositoras. Para dar maior suporte ao evento, o Gineásio da Rondonha está sendo ampliado,



III Feira da Louça foi lançada ontem.

passando de mil para dois mil metros quadrados.

Para o secretário de Desenvolvimento do Município, a Feira conseguiu dar reconhecimento nacional à qualidade dos produtos fabricados em Campo Largo. Atualmente, a cidade é responsável por 70% da produção de porcelana do país. "Queremos ampliar

ainda mais esse percentual e dar espaço também para as empresas que fabricam vidro", ressaltou Jurides Caldart.

A III Feira da Louça, Cerâmica e Porcelana de Campo Largo terá, entre outras, a participação das seguintes empresas: Porcelana Schmidt, Germer Porcelanas, Cristaleria Strauss, Lorenzetti PIP, Bot Art Cerâmica, Relicare Cerâmica, Porcelana Pequim, Cerâmica Center, Alcomalinas Itaquí, IG Indústria de Cerâmica, Cerâmica E. Pedron/Mover, Bonato, Fourn Cerâmica, Classe Cerâmica Artesanal, Cerâmica Brasília, Caserio, Inaquienço Cerâmica, Metalúrgica Cadiz, Café Negresco, Jans Quindim (Tudo Representações), Fregueta Nosso, Idealiiza, Senai, Sabrae, Bahia e Associação Industrial e Comercial de Campo Largo.

AUTO MECÂNICA JACARÉ

Caminhões, carretas, automóveis, tratores, equipamentos hidráulicos, freios e molas em geral.

Rodovia do Café, Km 25 Fone: 292-2457

FOLHA DE CAMPO LARGO

Diretor-presidente Germano de Oliveira

Editor Luis Augusto Cabral Reg. Prof. 359/02/81

Redator Paulo José Soavinski Reg. Prof. 0263/02/33

Comércio de Artes Gráficas Ideias Novas Ltda

Rua Marechal Deodoro, 495 Galeria Virginia, loja 107 Telefex (041) 392-1331

Campo Largo - Paraná

Composição, past-up e fotolito

Comércio de Artes Gráficas Ideias Novas Ltda

Impressão Editora Helvética Ltda Rua Alm. Gonçalves, 1063 Fone (041) 232-0634 ou fax (041) 223-5905 - Curitiba

Frases

"Não quero mais ver essas discussões pelos jornais". Do presidente Itamar Franco aos ministros Antonio Britto, da Previdência Social e Jamil Haddad, da Saúde.

"Convém não citar os nossos números. Temos todos que nos envergonham". Do presidente Itamar Franco sobre a concentração de riqueza nacional.

"Estamos num estado de reiteio e não cabe enforçar ninguém". Do ministro Fernando Henrique Cardoso, sobre os sonegadores.